F FOLHA COM Veja lista de exministros do Meio Ambiente contra código

# Governo cede para votar nova lei florestal

Reuniões de Dilma com aliados levaram a plano de flexibilizar áreas de preservação para a agricultura familiar

Presidente, no entanto, diz que não aceita que desmatadores sejam anistiados ou ceder controle a Estados

DE REASTITA

Para costurar um acordo com a base aliada na Câma-ra sobre o Código Florestal, o ra sobre o Código Florestal, o governo recuou em um dos principais pontos da reforma: aceitou flexibilizar a regra das APPs (áreas de preservação ambiental) em propriedades de agricultura familiar.

dades de agricultura familiar.
O recuo foi considerado
uma "evolução" pelo relator
do texto, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP).
Apesar de ceder nesse pon-

to, a presidente Dilma Rous seff disse ontem a aliados que não aceita anistiar desmatamentos feitos por produtores rurais até 2008 e avisou que vetará essa norma caso ela se-ja aprovada no Congresso.

A presidente reuniu ontem representantes dos partidos da base, inclusive seu vice,

Michel Temer, para compro-Michel Temer, para compro-metê-los com a votação hoje. Pelo proposta costurada ontem, as áreas de preservacão em matas ciliares (as chamadas APPs de rio) para promadas APPS de 110) para pro-priedades de até quatro mó-dulos (de 20 a 400 hectares) serão limitadas a 20%, em ca-sos de regularização. O governo não aceitava abrir mão da prerrogativa de

abrir mão da prerrogativa de definir por decreto que tipos de atividades agrícolas seriam mantidas nas APPs. Outra exigência era manter a norma atual que estabelece, por exemplo, que em um rio de 10 metros de largura a APP deve ser de 30 metros.

Na Câmara, o líder de go.

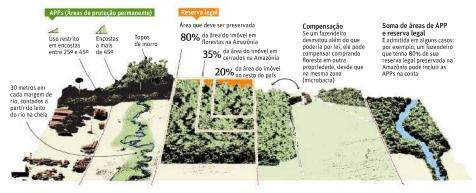
deve ser de 30 metros.

Na Câmara, o líder do governo na Casa, Cândido Vaccarezza (PT-SP), disse que a medida vai beneficiar o pequeno produtor. "Esse é um incentivo para manter o homan no campo" disse lá o mem no campo", disse. Já o relator Aldo Rebelo afirmou relator Aldo Rebelo atrimou que, sem o acordo, a "sobre-vivência do pequeno proprie-tário ficaria inviabilizada". Uma emenda proposta pe-lo PMDB que não conta com

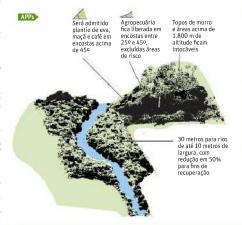
o aval do Planalto é a que per-mite a atuação de governos estaduais no processo de re-gularização ambiental. O tex-to, porém, tem apoio da opo-sição e de partidos aliados.

NOVIDADE NA MATA Como é o Código Florestal hoje e como ele deve ficar

### COMO É O CÓDIGO ATUAL



#### O OUE DIZ A REFORMA



A proporção não muda, mas imóveis de até 4 módulos fiscais ficarão isentos de reserva al para fins de recomposição



maiores do que 4 módulos só começam a contar sua reserva legal na área que ultrapassa esse tamanho

### O OUE É MÓDULO FISCAL

Módulo fiscal é uma unidade de medida fixada para cada município levando em conta o tipo de explora ção economicamente predominante na agricultura do local, para fins de cálculo de imposto

# Tamanho predominante do

módulo fiscal por região Em hectares\* Norte Sudeste\*\* Sul Centro-Oeste

Tamanhos de propriedade

Grande Mais de 15 módulos Média Entre 4 e módulos 15 módulos

Preocupada com uma pos-sível derrota sobre a regularização estadual, Dilma mobilizou ministros das áreas envolvidas e escalou Temer, para tratar do tema com o PMDB. O aviso de um even-tual veto de Dilma sobre a anistia a desmatadores fez o relator escrever uma carta para a presidente, na qual rejei-ta o termo "anistia".

Para ele, o que ocorre na verdade é "uma interrupção das multas" para regularizar a situação dos agricultores.

De acordo com o relatório, ficam livre de multas os que praticaram desmates anteriores a julho de 2008.

Vaccarezza não quis asse-gurar a análise do texto hoje na Câmara. "Vai depender do sentimento da Casa".

Ontem, oito ex-ministros do Meio Ambiente fizeram um périplo em Brasília para tentar adiar a votação. Conversaram com a atual minis-tra, Izabella Teixeira, depu-tados e senadores. Hoje, de-vem ser recebidos por Dilma. Em carta, dizem que o tex-to de Aldo é um retrocesso. "Se aprovada, o país agirá na contramão da nossa história e em detrimento do nosso ca-pital natural." (ANA FLOR. LARpital natural." (ANA FLOR, LAR-RISA GUIMARÃES, MÁRCIO FALCÃO, NA-

# OPINIÃO CONTRA

# Do ponto de vista econômico, desmatamento é tiro no pé

# CARLOS EDUARDO YOUNG

O argumento dos defensores das mudanças no Código Florestal é que, permitindo-se mais desmatamento, ga-rante-se desenvolvimento. Contudo, as evidências vão

em sentido contrário. A análise combinada dos dados de desmatamento e dos censos desmatamento e dos censos agropecuário e demográfico prova que o Índice de Desen-volvimento Humano não au-menta com mais desmate. Também existem evidên-cias sólidas de que o proces-

so de desmatamento está as sociado a problemas de propagação de doenças, como a transmissão de malária, mal de Chagas e outras enfermi-dades contagiosas, e ao au-mento da violência.

As mudanças propostas para o Código Florestal, além para o Codigo Florestal, alem disso, retiram legitimidade da posição brasileira nas ne-gociações internacionais so-bre redução de emissões de gases do aquecimento global, justamente no Ano Internacional das Florestas.

cional das Florestas.

O caso dos biocombustíveis é paradigmático: apesar do potencial brasileiro no setor, a persistência do desmatamento tem criado problemas para a aceitação do eta nol e biodiesel no exterior, pois o comprador não sabe se esses produtos contribuíram, para o aumento das queima-

das e derrubadas e, assim, das emissões de carbono. O Brasil possui uma imen-sa riqueza florestal. Usar essa riqueza florestal. Usar es-ses recursos no longo prazo, lembrando que os ativos na-turais estão cada vez mais va-lorizados no tempo, é uma es-tratégia mais correta do que destruí-los em troca de retor-nos de curto prazo. nos de curto prazo.

CARLOS EDUARDO FRICKMANN YOUNG é economista da UFRJ



HÁ EVIDÊNCIAS DE QUE O PROCESSO DE DESMATAMENTO ESTÁ ASSOCIADO A PROBLEMAS DE PROPAGAÇÃO DE DOENÇAS

# OPINIÃO A FAVOR

# Sim à agropecuária e sim também ao meio ambiente

# KÁTIA ABREU

O Brasil dispõe de 851 mi-O Brasil dispõe de 851 mi hões de hectares, dos quais 519 milhões estão preserva-dos com sua cobertura vege-tal original. Apenas 236 mi-lhões de hectares, equivalen-tes a 27,7%, são ocupados com produção agropecuária. A modernização do Códi-go Florestal brasilleiro não im-

plicará em qualquer mudan-ça nessa relação. Nossas flo-restas continuarão preserva-das, assim como toda a exten-

são das matas nativas. Não há nada no novo Código que, por si só, implique em novos desmatamentos. O que se pretende é poupar os produtores da exigência de destruir os atuais campos de produção de atimentos para

neles reconstituir florestas. neies reconstituir norestas. Essencial para os produto-res é que o Congresso e o go-verno consolidem e legalizem as áreas de produção abertas. Cabe ao Congresso decidir, mas cumpre dizer que ne-

nhum dos grandes produtores agrícolas do mundo obrires agricolas do mundo obri-ga seus produtores a preser-var qualquer percentual de reserva legal, nem cogita re-plantar vegetação nativa. Esta é uma exigência típi-ca dos burocratas que fizeran a legislação ambiental que

a legislação ambiental que

está em vigor De 1995 a 2006, segundo o IBGE, a agricultura teve redução de área de 23,7 milhões de hectares. Mesmo assim, aumentou a produção e reduziu os precos dos alimentos

Sem a atualização do Códi Sem a atualização do Codi-go, diminuiremos a oferta de alimentos para recompor áre-as de reserva legal e, futura-mente, teremos de importar comida de países que não têm regras ambientais.

KÁTIA ABREU é senadora pelo Tocantir e presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil)



SEM O NOVO CÓDIGO FLORESTAL TEREMOS DE, **FUTURAMENTE** IMPORTAR COMIDA DE PAÍSES QUE NÃO TÊM REGRAS AMBIENTAIS